

Plano de Desenvolvimento Social -Concelho de Arraiolos-

***Arraiolos
2004***

Conselho Local de Acção Social:

- Câmara Municipal de Arraiolos
- Monte Desenvolvimento do Alentejo Central, ACE
- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social
- Centro de Saúde de Arraiolos
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Arraiolos
- Centro Social e Paroquial de Arraiolos
- GNR – Guarda Nacional Republicana
- Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos
- Santa Casa da Misericórdia de Vimieiro
- Obra de S. José Operário de Vale do Pereiro
- Obra de S. José Operário de S. Gregório
- Centro Infantil Augusto Piteira
- Junta de Freguesia de Arraiolos
- Junta de Freguesia de S. Gregório
- Junta de Freguesia de Igrejinha
- Junta de Freguesia de Santa Justa
- Junta de Freguesia de S. Pedro da Gafanhoeira
- Junta de Freguesia de Sabugueiro
- Junta de Freguesia de Viimieiro
- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de 25 de Abril de Vale do Pereiro
- Associação de Idosos e Reformados de Vimieiro
- Associação de Idosos e Reformados da freguesia de Sabugueiro
- MURPI de S. Gregório
- Associação de Reformados de Santana do Campo
- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Igrejinha
- Associação de Pensionistas e Idosos da freguesia de Arraiolos
- Associação de Reformados de S. Pedro da Gafanhoeira
- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos das Ilhas
- MURPI da Aldeia da Serra
- Coordenação Concelhia do ensino recorrente e educação extra- escolar do concelho de Arraiolos
- Trilho – Associação para o Desenvolvimento Rural

- “Jovem” - Jovens Vimieirenses em Movimento
- Agrupamento de Escolas de Arraiolos
- Escola EB 2,3/ES de Cunha Rivara
- Centro de Emprego e Formação Profissional
- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Évora
- Associação Social Unidos de Santana do Campo

Equipa Técnica:

- Ana Cardoso (CMA)
- Ana Silva (CMA – Rede Social)
- Aurora de Sá (EB 2,3/ES de Cunha Rivara)
- Conceição Freixo (Santa Casa da Misericórdia de Vimieiro)
- João Antunes (Monte, ACE)
- Joaquina da Silva (Agrupamento de Escolas)
- Maria Clara de Moraes (Centro de Saúde)
- Paula Ambrósio (Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos)
- Rute Ferro (Centro de Emprego de Évora)
- Teresa Baião (CDSS Évora)

Acompanhamento Científico:

- Dr. Ulrich Schiefer (ISCTE)

Índice

	<i>Páginas</i>
Índice	
1. Introdução	5
2. Do Diagnóstico ao Plano de Desenvolvimento Social	6
3. Do Plano de Desenvolvimento Social ao Plano de Acção	10
3.1. Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção	12
4. Do Planear à Participação, Execução e Avaliação	30
5. O 3º Quadro Comunitário de Apoio	32
5.1. As Iniciativas Comunitárias	34
5.1.2. Programas, Medidas e Legislação	36
5.1.2.1. Os Programas Operacionais	36
5.2. Áreas de Acção do Governo	54
6. Considerações Finais	58
7. Bibliografia	59

1. Introdução

O Plano de Desenvolvimento Social pretende-se um documento, onde constem os principais problemas do concelho (decorrentes do diagnóstico social) e os principais eixos de intervenção.

Segundo documentação fornecida pelo ISSS, “*Um Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição de necessidades individuais e colectivas, tendo em vista não só a produção de efeitos correctivos ao nível da reprodução da pobreza, do desemprego e da exclusão social (...) mas também efeitos preventivos*”. Segundo o Guião para a Implementação do Programa Rede Social nos Concelhos (2004) “(...) *Plano de Desenvolvimento Social (PDS) entende-se a definição de um plano estratégico para 3/5 anos no qual se definem as estratégias de intervenção, bem como os objectivos a alcançar (tanto gerais como específicos). É um instrumento de definição conjunta e contratualizada de objectivos prioritários, servindo de enquadramento às intervenções para a promoção do desenvolvimento social local. O PDS enuncia uma estratégia para atingir uma situação social desejável, mas realista, nos territórios sobre os quais incide*”.

Posto isto, passará o presente Plano de Desenvolvimento Social (adiante designado abreviadamente PDS) a representar um eixo orientador/norteador de acções presentes e futuras no concelho de Arraiolos a nível das diferentes áreas de intervenção. Centrando a atenção, sobretudo nas fraquezas, mas também nas potencialidades e recursos concelhios, nacionais e comunitários, procurou o mesmo documento fazer reflectir a realidade como a encontramos e a realidade que desejamos, para um período de 3/5 anos.

2. Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social

O **diagnóstico social**, permitiu, por um lado, identificar pontos fracos/fraquezas no concelho, por outro, permitiu identificar alguns pontos fortes/forças que, neste documento, não serão destacadas, por se assumir que as mesmas se encontrarão, intrinsecamente associadas a cada um dos objectivos específicos propostos, enquanto mais valia dos mesmos.

De salientar no que respeita a este ponto, o facto do diagnóstico social e dos principais eixos de intervenção resultarem, por um lado, da **análise SWOT** desenvolvida no diagnóstico social e, por outro, dos **workshop's** desenvolvidos com o apoio do Dr Ulrich Schiefer, nos quais estiveram representadas diversas entidades, das quais passamos a referir:

1. Câmara Municipal de Arraiolos
2. Monte, ACE
3. Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social
4. Centro de Saúde de Arraiolos
5. GNR – Guarda Nacional Republicana
6. Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos
7. Santa Casa da Misericórdia de Vimieiro
8. Obra de S. José Operário de Vale do Pereiro
9. Centro Infantil Augusto Piteira
10. Agrupamento de Escolas de Arraiolos
11. Escola EB 2,3/ES de Cunha Rivara
12. Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar do concelho de Arraiolos
13. Representante do Ensino Básico Público
14. Representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública
15. Representante da Associação de Pais de Encarregados de Educação da Escola EB 2,3/ES de Cunha Rivara
16. Representante das Instituições Particulares de Solidariedade e Segurança Social
17. Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional

Pesando o facto, da análise SWOT ter decorrido de acordo com as subdivisões do Diagnóstico Social (organização do documento) temos a referir o facto dos eixos de intervenção não corresponderem à

mesma. Os workshop's, potenciadores de discussão e participação activa dos intervenientes com âmbito de intervenção social, deram azo à **definição de eixos de intervenção específicos**, entendidos como as principais áreas com necessidade e possibilidade de intervenção.

Da definição destes eixos prioritários de intervenção resultou a **formação de grupos temáticos**, sobre os quais recaiu a “responsabilidade” de discussão e definição conjunta de acções a incluir no Plano de Desenvolvimento e de Acção. Importa referir que os mesmos grupos (dinamizados por membros do grupo de trabalho) chamaram até si, algumas entidades constituintes do CLASA e outras, exteriores ao mesmo, mas cujo contributo, poderia ser de extrema valia para a prossecução dos objectivos.

Assim, no que respeitou aos diferentes eixos de intervenção prioritários, estiveram presentes:

<i>Eixos prioritários de Intervenção</i>	<i>Entidades/Representantes presentes</i>
<i>Educação</i>	Representante do Ensino Especial
	Psicóloga (Escola EB 2,3/ES de Cunha Rivara)
	Representante da Escola EB 2,3/ES de Cunha Rivara
	2 Representantes do Agrupamento de Escolas
	Câmara Municipal de Arraiolos - Rede
	Representante do ECAE
<i>Formação/Emprego</i>	Monte, ACE
	Centro de Emprego de Évora
	GADE
	UNIVA
	TRILHO
<i>Intervenção Social</i>	Câmara Municipal de Arraiolos
	Representante do Centro de Saúde de Arraiolos
	Representante da Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos
	Representante da Santa Casa de Vimieiro
	2 Representantes da Intervenção Precoce

<i>Eixos prioritários de Intervenção</i>	<i>Entidades/Representantes presentes</i>
<i>Equipamentos/Respostas Sociais</i>	Representantes da Câmara Municipal de Arraiolos Representante do Centro de Saúde de Arraiolos Representante da Santa Casa da Misericórdia de Vimieiro Representante da Santa Casa de Arraiolos (Apoio Domiciliário) Representante da Obra de S. José Operário de Vale do Pereiro Representante do Centro Social e Paroquial de Arraiolos Representante da Associação de Idosos e Reformados 25 de Abril de Vale do Pereiro Representante do MURPI de S. Gregório Representante da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de S. Pedro da Gafanhoeira Representante da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos das Ilhas Representante da Associação de Pensionistas e Idosos da freguesia de Arraiolos Representante da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Igreja Representante do MURPI da Aldeia da Serra Representante da Associação de Idosos e Reformados de Sabugueiro Representante da Associação de Reformados de Santana do Campo Representante de "Jovem" - Jovens Vimieirenses em Movimento

Os eixos prioritários da Saúde e Habitação foram dinamizados respectivamente pelo Centro de Saúde de Arraiolos e Câmara Municipal de Arraiolos.

No que **respeitou à metodologia utilizada** para prossecução do presente documento, temos a referir três questões essenciais:

1. por um lado, a necessidade e preocupação em desenvolver objectivos e acções exequíveis, objectivas, concretas e realistas;
2. por outro lado, a necessidade de adopção de uma metodologia consensual que permitisse a uniformização do planeamento a nível nacional;
3. E por último, a realização de um documento, não muito extenso, de fácil e rápida leitura.

Posto isto, apostou-se, consensualmente, na utilização da metodologia utilizada pelo ISSS, colocada à disposição dos CLAS na Internet enquanto documento provisório (colocado à discussão) denominado Guia de Implementação da Rede Social. Este objectivo e intenção saiu reforçado com a participação na acção de formação de nível III promovida pela mesma entidade que, em conformidade com o supracitado documento, nos indicou um caminho a seguir que, permitiria a uniformização e consensualização na adopção de metodologias.

Mais ainda, importa referir o facto de que, qualquer intervenção, acção, ou projecto identificados como necessários, dependerem, inevitavelmente, das **políticas e incentivos existentes e a desenvolver a nível local, mas sobretudo, a nível regional, nacional e comunitário**. Os aspectos atrás mencionados podem desenvolver-se como condicionantes à prossecução dos objectivos específicos identificados, daí que, devamos sempre atender, a que todas as intervenções aqui mencionadas possam ser alvo, no espaço temporal a que se referem, de fortes condicionalismos que, podem comprometer o desenvolvimento de cada uma delas.

O presente Plano de Desenvolvimento Social (2004-2007) deve, constitui-se, pois, como um **instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção de respostas, às necessidades individuais e colectivas sentidas no concelho e identificadas, quer pelo Diagnóstico social, quer pelos workshop's participados. Estes objectivos, pretendem-se realistas e exequíveis e construídos com base num parceria e intervenção social sólida.**

Dada a **mutabilidade social constante e o reconhecimento das limitações da acção local**, deveremos sempre atender às novas iniciativas e políticas desenvolvidas, daí, o facto de termos procurado conhecer, tanto as políticas e iniciativas dos diferentes Ministérios, como o conjunto de recursos nacionais e comunitários existentes.

3. Do Plano de Desenvolvimento Social ao Plano de Acção

Aquando da realização do Diagnóstico Social do concelho de Arraiolos, procurou-se conhecer a realidade concelhia, à luz de 7 áreas:

1. Território, População e Descrição Demográfica
2. Condições Económicas e Sociais
3. Imigração
4. Indicadores Sociais (Saúde, Segurança Social, Educação)
5. Habitação
6. Movimento Associativo, Desportivo e Cultural
7. Acessibilidades/Rede de transportes

Destas áreas resultou a análise SWOT. Pesando esta estruturação, decidiu-se, após realização de workshop's generalistas e temáticos, definir os **seguintes eixos prioritários de intervenção/desenvolvimento**:

<i>Eixos Prioritários de Intervenção</i>	Educação
	Formação/Emprego
	Intervenção Social
	Equipamentos/Respostas Sociais
	Habitação
	Saúde

A **priorização dos eixos de intervenção** seria outro dos objectivos/pressupostos do presente PDS, todavia, dada a interligação e cruzamento das presentes áreas, concluiu-se que não seria impossível priorizá-los, mas que, seria pouco relevante, no sentido em que, todas estas áreas são essenciais para a intervenção. O facto dos problemas sociais serem cada vez mais complexos leva a que, cada vez, haja mais necessidade de uma abordagem articulada entre as diferentes áreas de intervenção. Daqui resulta a sua prioridade e importância e daqui resulta também a justificação da sua não priorização no presente PDS.

Definidos os eixos de desenvolvimento importou, antes de referirmos objectivos estratégicos, estratégia e objectivos específicos, **determinar e quantificar as fraquezas concelhias**, conforme quadro abaixo exposto. Só assim, nos seria facilitada a tarefa da definição concreta de objectivos, para posterior avaliação.

Passou-se então para a definição dos **elementos constituintes do Plano de Desenvolvimento Social: Objectivos Estratégicos¹; Estratégia² e Objectivos Específicos³**. Daqui resultou um conjunto de princípios norteadores de intervenção e de objectivos que, resultaram posteriormente, na **definição de acções**.

Importa, neste ponto ressaltar duas questões:

a) por um lado, procurou reconhecer-se a exequibilidade de cada um dos objectivos propostos, por meio da definição de acções. Significa isto que, através da definição de cada uma das acções, se conseguiu verificar se as mesmas seriam concretizáveis, face aos recursos e condicionalismos existentes.

b) por outro lado, procurou-se definir desde logo, aquando da definição de acções, a calendarização, os recursos humanos a afectar, os recursos materiais, a entidade responsável e a indicação, sempre que possível, das pessoas directamente implicadas na prossecução da acção.

-
- 1 “Objectivo de nível superior, devidamente enquadrado num determinado eixo de desenvolvimento definido, para o qual o objectivo contribui, mas que por si só não consegue alcançar, ou seja, ultrapassa o objectivo do projecto. Trata-se de descrever a situação futura após a solução dos problemas. Ao atingir os objectivos dos projectos contribui-se de forma determinante para alcançar o objectivo estratégico” (ISSS; 2004:18).
 - 2 “Apresentação descritiva do caminho a seguir para alcançar o objectivo estratégico, tendo em linha de conta os caminhos possíveis para o conseguir. Deve ser feita uma opção clara e partilhada por todos os parceiros quanto ao caminho a seguir para atingir os objectivos definidos” (ISSS; 2004:18).
 - 3 “Objectivos que devem ser alcançados com a intervenção e que contribuem para atingir um objectivo estratégico, ainda que possam não ser suficientes para tal. Não deve ser definido um conjunto demasiado vasto de objectivos específicos, de forma a que sejam realistas e exequíveis. Os objectivos definidos devem traduzir as prioridades identificadas na fase do diagnóstico, (...)” (ISSS; 2004:18).

3.1. Plano de Desenvolvimento Social e de Acção

Eixo Prioritário de Intervenção - Educação

Fraquezas	Dados que traduzem esta realidade	Objectivos estratégicos
<p>Baixa Escolaridade da População</p> <p>Maioria da população agrícola com baixa escolaridade</p> <p>Decréscimo da população escolar</p> <p>Não conclusão do 3º ciclo por alguns indivíduos estudantes</p> <p>Abandono escolar junto da população escolar</p> <p>Não conclusão do ensino secundário pelos indivíduos</p> <p>Retenção na escolaridade por motivos de insucesso escolar ou de tentativa voluntária de melhoria das habilitações</p> <p>Desfazamento entre requisitos de entrada para algumas profissões e as perspectivas que detém em aprendê-las ou desempenhá-las (comprometimento do acesso à profissão e formação)</p> <p>Ensino profissional não compatível com horários de transporte</p> <p>Inexistência de um núcleo de psicologia e orientação escolar</p>	<p><i>* 40.7% da população residente no concelho tem o 1º ciclo do ensino básico e 20.3% não possui qualquer escolaridade. Apenas 4.98% da população possui licenciatura e 13.1% ensino secundário. Por localidade, observamos que a população sem habilitações escolares reside, sobretudo, nas localidades de Aldeia da Serra, Carrascal, Casas Novas, Ilha do Castelo, Sabugueiro e S. Gregório.</i></p> <p><i>* Cerca de 60% dos agricultores singulares possui o 1º ciclo do ensino básico e 23% não tem nível de instrução.</i></p> <p><i>* Do ano lectivo 1996/1997 ao 2003/2004 verificou-se no concelho um decréscimo da população escolar de 23.4%. No decurso deste período, sentiu-se, em termos de variação percentual, um decréscimo em termos de anos lectivos, de -0,3%, -4,6%, -4,7% e -0,8%.</i></p> <p><i>* 26.5% da população estudante em 2001</i></p> <p><i>* 2.3% da população a estudar em idade de escolaridade obrigatória</i></p> <p><i>* 50.4% de população escolar com idade entre os 18 e os 24 anos</i></p> <p><i>* 13.4% de indivíduos estudantes</i></p> <p><i>* Quando questionados, a maioria dos alunos do concelho que pretendem concluir o 9º ano de escolaridade e ir trabalhar, não sabe ou não responde em que área. Dos que respondem as áreas dispersam-se por actividades ou profissões como cabeleireiras, pedreiros, trabalhadores rurais, pasteleiros, educadores de infância, mecânicos, serralheiros, entre outros. No mesmo sentido resulta a opinião dos alunos que pretendem concluir o 12º ano, sobre a área a seguir.</i></p> <p><i>* A experiência sobre a realidade e a análise dos horários de transportes que servem o concelho, permitem o reconhecimento de que a realidade dos transportes nem sempre se coaduna com a realidade ou necessidades pessoais/formativos ou profissionais dos indivíduos.</i></p>	<p>Favorecer o nível educacional e qualificar a população</p> <p>Reduzir o Insucesso Escolar</p>

Eixo Prioritário de Intervenção - Educação

<i>Objectivos estratégicos</i>	<i>Estratégias</i>	<i>Objectivo Específico</i>
<p>Favorecer o nível educacional e qualificar a população</p> <p>Reduzir o Insucesso Escolar</p>	No final do ano lectivo 2004/2005, existe um Programa "Educação Arraiolos"	1. Todas as crianças e jovens com necessidades educativas especiais, até finais de 2005, terão acompanhamento adequado
	Estabelecimento de protocolos entre as escolas e as empresas, associações culturais, desportivas e recreativas do concelho	2. Em 2005 o pessoal docente e não docente está capacitado para o diagnóstico e detecção de crianças e jovens em situação de risco
	Promoção de uma cidadania activa de iniciativa e responsabilidade	3. Até 2006 são criadas oportunidades de ocupação de tempos livres para jovens e crianças
	Favorecer a continuidade e coerência das intervenções educativas locais	4. Todos os anos se reduz 10% de alunos com insucesso escolar
	Garantir a interacção entre o meio escolar e o meio envolvente, pela maior aproximação da escola à família e à Comunidade	5. A partir do ano lectivo 2004/ 2005 são criados meios eficazes para assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória
	Aumentar o nível de qualificação e certificação escolar da população	6. Até 2005 está criado um programa que abrange todos os níveis de ensino e que vise a abertura da escola à comunidade
	Combater o abandono escolar e atenuar as saídas precoces e antecipadas pelos alunos	7. Até 2005 são criadas oportunidades de aproximação dos jovens ao mundo do trabalho
	Criar mecanismos de combate ao absentismo	8. No ano lectivo 2004/2005 é criado um sistema de comunicação eficaz de articulação entre o Núcleo de Apoio à Família e à Comunidade e a Escola
	Melhor ajustamento do ensino às expectativas do próprio e da família	9. Todos os anos reduzir em 15% o absentismo dos alunos

Plano de Acção da Educação I

<i>Acções</i>	<i>Calendarização</i>	<i>Recursos Humanos</i>	<i>Recursos Materiais</i>	<i>Organização/Responsável</i>	<i>Pessoal Responsável</i>
Constituição de um grupo de trabalho, para elaboração do Programa “Educação Arraiolos”	1º período do ano lectivo de 2004/2005	A definir	Material de consumo administrativo e de desgaste	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	A definir
Criação no âmbito do Conselho Municipal de Educação de Arraiolos, de um grupo de trabalho, que se debruce sobre as estratégias e acções que conduzam ao estudo desta problemática	1º período do ano lectivo de 2004	A definir	Material de consumo administrativo e de desgaste	Conselho Municipal de Educação de Arraiolos	A definir
Assinatura de protocolo com uma entidade de Investigação Social (UEvora, por exemplo) para estudo das problemáticas do insucesso, abandono e absentismo escolar	2º período do ano lectivo 2004/2005	A definir	Material de consumo administrativo e de desgaste	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	A definir
Realização de 2 reuniões de trabalho/discussão, sobre o diagnóstico, detecção e encaminhamento de crianças e jovens em situações de risco	No início do 1º período No final do 2º período	dinamizador, directores de turma,	Espaço, multimédia, material de desgaste.	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos e NAFC	Um representante de cada entidade a designar pelos responsáveis
Pedido e assinatura de Acordo para colocação de animadores socio-culturais para as EB's de Arraiolos, Vimieiro, Ilhas e S. Pedro da Gafanhoeira	Maior (anualmente)	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	-	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	A designar pela entidade responsável
Dinamização de ateliers/clubes vários	Durante o período lectivo	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	Material de desgaste, material multimédia, espaço físico	C. M. Arraiolos, Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	A designar pela entidade responsável
Dinamização de ateliers vários itinerantes	Durante período das férias escolares	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	Material de desgaste, material multimédia, espaço físico, transporte	C. M. Arraiolos, Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	A designar pela entidade responsável
Realização de actividades pontuais para sensibilização, mostra de experiências e divulgação de actividades, a jovens e crianças do concelho (com especial ênfase às das freguesias)	Durante o ano lectivo	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos, Monte, ACE, Juntas de Freguesia e C.M.Arraiolos	Equipamentos específicos, materiais pedagógicos adequados, transportes, material de consumo administrativo e de desgaste	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos, CMA	A designar pelos responsáveis
Realização da Semana Cultural do Agrupamento Vertical da Escola de Arraiolos	Final do 2º período	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	Espaço físico, material de consumo administrativo, material pedagógico e multimédia.	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	A designar

Plano de Acção da Educação II

<i>Acções</i>	<i>Calendarização</i>	<i>Recursos Humanos</i>	<i>Recursos Materiais</i>	<i>Organização/Responsável</i>	<i>Pessoal Responsável</i>
Realização da Feira das Profissões	No fim do ano lectivo	NAFC, Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos e outras entidades com âmbito de intervenção social	Espaço físico, material de consumo administrativo, material pedagógico e multimédia.	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	A designar pelos responsáveis
Promoção e realização de estágios profissionais aos alunos do 9º ano, em contexto profissional	Durante a semana aberta à mostra de profissões	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	Espaço físico, material de consumo administrativo, material pedagógico e multimédia.	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	A designar pelos responsáveis
Visita ao Centro de Emprego e Formação Profissional e EPRAL pelos alunos do 9º ano, sobretudo.	Durante a semana aberta à mostra de profissões	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	Transportes, Material de consumo administrativo e de desgaste	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	A designar pelos responsáveis
Continuação da definição de currículos profissionais para alunos com necessidades educativas recorrentes (Currículo este individual que permite o contacto com o mundo do trabalho)	Durante todo o ano	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	Espaço físico, material de consumo administrativo, material pedagógico e multimédia.	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	Professora Mónica
Elaborar documento a enviar à DREA a reforçar a necessidade da criação do serviço de psicologia e orientação escolar	Setembro de 2004	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	material de consumo administrativo,	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	A designar pelos responsáveis

Eixo Prioritário de Intervenção – Formação e Emprego

<i>Fraquezas</i>	<i>Dados que traduzem esta realidade</i>	<i>Objectivo estratégico</i>
Desenvolvimento de actividades sobretudo no sector terciário	54.4% da população activa desenvolve actividades no sector terciário	Promover a qualificação e empregabilidade
Subestimação do sector primário	16% de indivíduos a desenvolver actividade no sector primário (menor percentagem)	
Maioria da população envelhecida e com baixa escolaridade	Índice de Envelhecimento de 197.49 no concelho	
Taxa ocupacional em POC's e contratos a termo significativa	32 indivíduos em situação de inserção em POC's carenciados (mulheres) e em situação de contratos a termo de 3 meses (CMA-sobretudo homens), no concelho de Arraiolos em 2003	
Movimentos Pendulares de Activos Negativos	Saldo negativo de 406 indivíduos	
Elevado desemprego feminino	74% dos desempregados são do sexo feminino	
Fraca Iniciativa Empresarial	2566 indivíduos trabalham por conta de outrem (representam cerca de 80%)	

<i>Objectivo estratégico</i>	<i>Estratégia</i>	<i>Objectivo Específico</i>
Promover a qualificação e empregabilidade	<p>Promover o espírito empreendedor fomentando os mecanismos de difusão da informação, através de 3 frentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - envolver os empresários e torná-los parceiros na busca do conhecimento sobre o mercado empresarial; - dar visibilidade ao trabalho desenvolvido neste âmbito; - envolver todos os agentes com intervenção na criação do auto-emprego. 	<p>1. Proceder ao levantamento das empresas existentes no concelho, as suas características e necessidades ao nível do mercado empresarial, entre Setembro de 2004 e Junho de 2005.</p> <p>2. Divulgar as iniciativas e incentivos atribuídos para a criação de auto-emprego durante o 2º semestre de 2005</p> <p>3. No espaço de um ano promover -se a imagem das profissões actualmente desvalorizadas.</p> <p>4. Recolher e divulgar activamente informação junto da população, acerca do mercado empresarial no 2º semestre de 2005</p>
	<p>2. Promover uma actuação preventiva por forma a minimizar o risco de insucesso e abandono escolar, bem como o desemprego, pela aposta na qualificação de novas gerações, envolvendo as camadas mais jovens em acções de formação/sensibilização locais</p>	<p>5. Proceder ao levantamento das necessidades de formação dos jovens, enquadrando-o na realidade empresarial do concelho entre Maio e Dezembro de 2005</p> <p>6. Mobilizar activamente as escolas e todos os jovens interessados em frequentar formação profissional no 1º semestre de 2005</p>
	<p>3. Apoiar a transição de jovens para a vida activa através de programas e intervenções facilitadoras da inserção profissional</p>	<p>7. Organizar uma acção de formação alternada entre a escola e o emprego a partir de janeiro de 2006, articulando o sistema educativo-formativo com o mercado de emprego.</p>
	<p>4. Promover a aprendizagem ao longo da vida, melhorando os níveis de escolarização e qualificação dos desempregados</p>	<p>8. Valorizar os saberes que vêm da experiência (de vida, de trabalho e de formações não certificadas), informando activamente os adultos sobre a forma de os reconhecer, validar e certificar competências, durante o 1º semestre de 2005.</p> <p>9. Mobilizar os adultos desempregados e empregados, bem como as empresas para a aposta em acções de formação profissional que possibilitem a redução do défice de qualificação escolar e profissional, potenciando as suas condições de empregabilidade, durante o ano de 2005.</p>

Plano de Acção da Formação/Emprego

<i>Acções</i>	<i>Calendarização</i>	<i>Recursos Humanos</i>	<i>Recursos Materiais</i>	<i>Organização/Responsável</i>	<i>Pessoal Responsável</i>
Realização de estudo sobre a realidade empresarial de Arraiolos	Setembro 2004 a Junho de 2005	MONTE GADE	Viatura, telefone, computador, fotocopiadora, impressora, papel	MONTE em parceria com o GADE	A designar pelos responsáveis
Promoção, junto das camadas mais jovens, da imagem das profissões actualmente desvalorizadas, na Mostra das Actividades Económicas do concelho de Arraiolos	Julho de 2005	GADE	Pavilhão das Actividades Económicas, telefone, computador, impressora, materiais utilizados pelos mestres artesãos	GADE	A designar pelos responsáveis
Realização de um Colóquio com o intuito de divulgar os resultados sobre o estudo prévio da realidade empresarial de Arraiolos, com diversos workshop's	Julho a Dezembro de 2005	GADE, MONTE e Trilho		GADE; GAP	A designar pelos responsáveis
Realização de um workshop subordinado ao tema "Programas e Medidas de Apoio à criação de empresas e auto-emprego"		IEFP, GADE, MONTE	Cine Teatro de Arraiolos, telefone, computador, impressora, folhetos, viatura	IEFP	
Realização de um workshop subordinado ao tema "Associativismo Empresarial" com apresentação de de casos de sucesso a nível nacional		GADE; MONTE		MONTE	
Realização de diagnóstico de necessidades formativas no concelho	Maio a Dezembro de 2005	Agrupamento Vertical MONTE	Viatura, telefone, computador, fotocopiadora, impressora, papel	MONTE	A designar pelos responsáveis
Realização de missões inter-pares com empresários visando visitas a boas práticas no âmbito do associativismo empresarial a nível nacional e de Espanha. Enquadrável no quadro de protocolo entre a ANIMAR e o IIEFP	s.d.	TRILHO	A definir	TRILHO	A designar pelos responsáveis
Realização de Sessões sobre empreendedorismo dirigidas a mulheres desempregadas com apresentação de casos de sucesso de criação de empresas de serviços colectivas e/ou cooperativas, com divulgação dos apoios existentes	s.d.	TRILHO e GADE	A definir	TRILHO	A designar pelos responsáveis
No âmbito da semana de orientação escolar e profissional da escola, divulgar activamente, junto dos alunos e professores, a oferta formativa de 2005 para o concelho	Janeiro a Junho de 2005	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos UNIVA	Sala, folhetos, livros, fotocopiadora, impressora, telefone	Agrupamento Vertical	A designar pelos responsáveis

<i>Acções</i>	<i>Calendarização</i>	<i>Recursos Humanos</i>	<i>Recursos Materiais</i>	<i>Organização/Responsável</i>	<i>Pessoal Responsável</i>
Organização de um workshop de valorização das profissões técnicas/tradicionais, com apresentação de casos de sucesso, nomeadamente da integração de mulheres. Orientado para os anos terminais do secundário e para jovens sem área vocacional de futuro	s.d.	TRILHO; GADE e Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	A definir	TRILHO	A designar pelos responsáveis
Realização de um estudo de opinião junto dos jovens e seus familiares sobre profissões tradicionais, técnicas ou manuais	s.d.	TRILHO	A definir	TRILHO	A designar pelos responsáveis
Organização e início de uma acção de formação com componente escolar e profissional dirigida a jovens pouco escolarizados, visando a aquisição de competências técnicas, sociais e relacionais	A partir de Janeiro de 2006	Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos, Centro de Emprego e Empresas do concelho	Sala, folhetos, fotocopiadora, impressora, telefone	Agrupamento de Escolas de Arraiolos e Centro de Emprego de Évora	A designar pelos responsáveis
Dinamização de sessão colectiva de informação sobre reconhecimento, validação e reconhecimento de competências, pela via da experiência - itinerância de RVCC	Janeiro a Junho de 2005	CRVCC da Fundação Alentejo em articulação com Centro de Emprego de Évora	Sala, folhetos, fotocopiadora, impressora, telefone	CRVCC	A designar pelos responsáveis
Promover a inclusão de desempregados e activos em acções enquadradas em diferentes medidas temporárias de emprego e formação no âmbito do Programa de Emprego e Protecção Social (PEPS)	Janeiro a Dezembro de 2005	Centro de Emprego de Évora	-	-	A designar pelo responsável da entidade

Eixo Prioritário de Intervenção – Intervenção Social

<i>Fraquezas</i>	<i>Dados que traduzem esta realidade</i>	<i>Objectivo estratégico</i>
<p>Não continuidade da prestação de algumas respostas ou intervenções sociais (posterior à intervenção precoce). Falta de recursos humanos.</p> <p>Existência de um número significativo de famílias disfuncionais e/ou com baixas competências</p> <p>Isolamento a que alguns imigrantes estão sujeitos</p> <p>Falta de acesso a condições elementares de vida pelos imigrantes</p> <p>Dificuldade na legalização de indivíduos</p> <p>Desconhecimento do encaminhamento necessário, percursos, trâmites processuais e sinais de risco, nas situações de crianças em risco.</p>	<p>O Relatório síntese da Intervenção Precoce diz-nos "<i>Mais ainda, mencionam a falta de recursos humanos, nomeadamente de uma terapeuta da fala a tempo inteiro e de uma fisioterapeuta ou terapeuta ocupacional; e a necessidade de continuidade do apoio já desenvolvido com as famílias, sem as quais a Equipa não conseguirá dar resposta eficaz e rápida às necessidades identificadas</i>"</p> <p>Segundo o Relatório do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social da Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos (2003:25)"(...) <i>trinta e um são do sexo masculino e igual número do sexo feminino, distribuídos por diferentes faixas etárias. (...) Neste universo de 62 indivíduos, 35 são crianças/jovens (0 os 18 anos), 24 adultos (19-64 anos) e 3 idosos (mais de 64 anos)</i>".</p> <p>Do diagnóstico do MONTE, ACE, resultado de reuniões com a comunidade de imigrantes no concelho, resultou a constatação de: "<i>uma fragilidade com importantes consequências na vida dos imigrantes, ao nível social e profissional, diz respeito à falta de informação obtida pelos imigrantes, (...) de forma a responder às necessidades e problemas colocados nas suas vidas. (...) Os imigrantes que não estão legalizados, enfrentam muitas dificuldades, vejamos algumas: (...) em termos económicos os imigrantes têm pouca viabilidade para pagar as quantias perdidas; não se encontram registados na Segurança Social; os salários são baixos; raramente comunicam com o patrão e encontram-se numa situação de isolamento, motivado pelo facto de não estarem legalizados têm medo de estar com a comunidade porque a qualquer momento podem ser extraditados para os seus países</i>" (2003: 38)</p> <p>Experiência dos técnicos com âmbito de intervenção no social.</p>	<p>Assegurar a inclusão no desenvolvimento social das pessoas e grupos vulneráveis</p>

Plano de Acção Intervenção Social

<i>Objectivo estratégico</i>	<i>Estratégia</i>	<i>Objectivo Específico</i>
Assegurar a inclusão no desenvolvimento social das pessoas e grupos vulneráveis	Promover a inserção de cidadãos imigrantes	1. A partir de 2005, as famílias disfuncionais que sejam sinalizadas terão um apoio coordenado, por forma a alcançarem a sua autonomia, de acordo com a metodologia de intervenção centrada na família
		2. Uniformizar metodologias e estratégias de intervenção, até ao final de 2004
	Contribuir para a inserção social da população mais desfavorecida	3. Redução anual do número de crianças em risco
	Prevenir riscos de exclusão social	4. Anualmente capacitar a comunidade para a detecção de situações de risco e criação de mecanismos de resposta
	Promover a animação comunitária	5. Aumentar, até ao final do ano de 2004, os recursos humanos com âmbito de intervenção na área social
	Reforço e formalização da articulação interinstitucional	6. Desenvolver, no período 2004-2007, actividades que promovam a inserção social de cidadãos imigrantes bem como convivência interpessoal

Plano de Acção de Intervenção Social

<i>Acções</i>	<i>Calendarização</i>	<i>Recursos Humanos</i>	<i>Recursos Materiais</i>	<i>Organização/Responsável</i>	<i>Pessoal Responsável</i>
Criação de um suporte documental que potencie e reforce a intervenção centrada na família	Até ao final de 2004	NAFC, Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Familiar, Segurança Social, Núcleo Local de Inserção – Rendimento Social de Inserção	Material diferenciado	NAFC	A designar
Encontro Pluridisciplinar: Crianças e Jovens em Risco. A nível concelhio, dirigido à comunidade educativa e intervenção social	Outubro de 2004	Grupo organizador: CMA, Santa Casa da Misericórdia de Vimieiro, Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Familiar	Espaço, multimédia, material de desgaste.	CMA	Um representante de cada uma das entidades do grupo organizador
Reprodução e Distribuição de um folheto informativo acerca dos maus tratos infantis. A distribuir no início do ano lectivo aos pais, com supervisão de um técnico	Início de cada ano lectivo	Santa Casa da Misericórdia de Vimieiro , NAFC	Material a utilizar de acordo com os intuitos da acção	NAFC	A designar
Redigir documento ao ISSS a reforçar necessidade de revisão de acordo do Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Familiar , para a integração de um psicólogo clínico	Até ao final de 2004	Santa Casa de Misericórdia de Arraiolos	Material de desgaste e consumíveis	Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos	A designar
Elaboração e Reprodução do Guia de Respostas Sociais	Até ao final de 2004	Grupo de Trabalho da Rede Social	Material de desgaste e consumíveis	CMA	Ana Cardoso
Realização da acção “Todos Juntos, Todos Iguais”, com acções lúdicas e de entretenimento	2004 e 2005	Animadores Locais, Monte; Centro Local de Apoio ao Imigrante – Évora, C.M.A. e Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos	Auditório ou sala multiusos, aparelhos musicais, géneros alimentícios	Monte, ACE	A designar
Realização de uma Acção de Sensibilização/formação para promoção da cidadania dos imigrantes e minorias étnicas e melhoria de competências	Mai e Outubro de 2004	Animador/Formador, Monte; Centro Local de Apoio ao Imigrante – Évora, C.M.A.	Sala de formação, Quadro, Marcadores, Canetas, Papel	Monte, ACE	A designar
Realização do “Fórum Popular”, para convivência e auscultação da população	2004 e 2005	Animadores Locais, Monte	Câmara de Filmar e fotográfica, gravador de som, computador, data-show	Monte, ACE	A designar
Realização de uma acção de formação em voluntariado para prestação de cuidados informais e acompanhamento aos idosos	Julho e Novembro de 2004 e Fevereiro, Julho e Novembro de 2005	Formador, Monte, IPSS's	Sala de formação, Quadro, Marcadores, Canetas, Papel	Monte, ACE	A designar
Realização da acção “Projectos Globais, Acções Locais”-boas práticas em termos de projectos de intervenção social	Julho e Novembro de 2004 e Fevereiro, Julho e Novembro de 2005	Animadores locais, oradores convidados, Representantes do CLASA e parceiros do CASA	Sala , Quadro, Marcadores, Canetas, Papel, Computador, Data-show	Monte, ACE	A designar

Eixo Prioritário de Intervenção – Equipamentos Sociais/Respostas Sociais

<i>Fraquezas</i>	<i>Dados que traduzem esta realidade</i>	<i>Objectivo estratégico</i>
<p>1) Dependência física, psicológica e financeira da população idosa (isolamento e solidão)</p> <p>2) Falta de Recursos Humanos nas respostas e equipamentos sociais</p> <p>3) Estagnação da criação de equipamentos sociais</p> <p>4) Reduzida taxa de cobertura das creches</p> <p>5) Reduzida taxa de cobertura dos ATL's</p> <p>6) Inadequação de alguns horários/períodos de funcionamento dos equipamentos às necessidades laborais/pessoais</p> <p>7) Reduzida taxa de cobertura para idosos em lar</p> <p>8) Reduzida taxa de cobertura de idosos em Centro de Dia</p> <p>9) Lista de Espera para Lar para idosos</p> <p>10) Necessidades a nível de recursos humanos, materiais e financeiros, sentidos pelas entidades gestoras de equipamentos/respostas sociais</p> <p>11) Ausência de Centros de Noite</p> <p>12) Inexistência de Equipamentos de Apoio à Deficiência</p> <p>13) Inexistência de equipamentos para crianças com problemas de aprendizagem ou desenvolvimento</p> <p>14) Desconhecimento dos interesses e motivação dos jovens do concelho, no que respeita às suas reais necessidades.</p> <p>15) Inadequação das respostas sociais do ISSS, em termos das necessidades reais dos idosos</p>	<p>* Existe em Arraiolos um Índice de Envelhecimento de 197,4, o terceiro maior do Alentejo Central. Associado a isto temos um índice de dependência de idosos de 42.41. A dependência face à população activa é de cerca de 42 idosos por cada 100 activos, o que comporta consequências em termos financeiros mas também em termos de garantia do sistema de segurança social (existindo 59.6% de reformados). O envelhecimento da população, por outro lado, pelas especificidades que lhe são inerentes, leva a que haja, nalguns casos, dependência física ou perda de autonomia que, justifica a necessidade de resposta de equipamentos sociais e respostas ao nível da saúde.</p> <p>* Sentidas a nível da Saúde, Intervenção Precoce e junto das entidades gestoras de equipamentos/respostas/valências sociais</p> <p>* Das 21 entidades questionadas apenas 3 respostas foram criadas entre 2000 e 2004.</p> <p>* 29.2% das crianças em idade de creche encontram resposta no concelho, mas apenas nas localidades de Arraiolos e Vimieiro</p> <p>* 21.3% das crianças entre os 6 e os 16 anos, encontram resposta no concelho, nas localidades de Arraiolos, Santa Do Campo, Vimieiro e S. Pedro da Gafanhoeira.</p> <p>14.6% dos idosos encontram resposta nos lares para idosos.</p> <p>19% dos idosos encontram resposta nos Centros de Dia.</p> <p>A lista de espera para idosos abrange 10% da população idosa</p> <p>* O questionamento às entidades com valência/resposta social no concelho de Arraiolos permitiu-nos conhecer que cerca de 26% das mesmas considera possuir falta de recursos humanos.</p> <p>* Não existe no concelho esta valência/resposta social.</p> <p>* Não existe no concelho este tipo de equipamentos. Todavia, ressalva-se a resposta a esta problemática junto da Cercidiana e Cercimor.</p>	<p>Proporcionar respostas adequadas às necessidades e especificidades da população</p>

<i>Objectivo estratégico</i>	<i>Estratégia</i>	<i>Objectivos Específicos</i>
Proporcionar respostas adequadas às necessidades e especificidades da população	Criar as respostas adequadas às necessidades inerentes a cada indivíduo, em situação de perda de autonomia ou em situação de dependência física e/ou psicológica	1. Até finais de 2004, reforçar a necessidade junto do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de aumento de acordos para as valências e criação de respostas mais flexíveis, integradas, passivas de adaptação às necessidades
	Reforçar a articulação entre entidades	2. Proposta ao ISSS, até final de 2004, da criação de uma rede de amas e/ou creche familiar para o concelho de Arraiolos
	As pessoas idosas encontram uma resposta adequada às suas necessidades, privilegiando-se a rede de cuidados informais e voluntariado	3. Criar, até finais de 2006, mapa de localização dos equipamentos sociais
	Proporcionar respostas adequadas à população dos 3 meses aos 3 anos	4. Proceder ao levantamento das necessidades e interesses reais dos jovens, até final de 2005.
	Proporcionar respostas adequadas à população dos 6 aos 16 anos	5. Até Junho de 2005 criar uma resposta integrada para ocupação de tempos livres para crianças e jovens no Vimieiro (projecto piloto)
	Implementar, qualificar, certificar e reconhecer a rede de amas ou creches familiares	6. Até final de 2004 encontrar respostas alternativas para ocupação de pessoas idosas.
	Reforçar a articulação com entidades de apoio ao deficiente a nível dos concelhos de Montemor-o-Novo e Évora	
	Promover o voluntariado organizado	
	Qualificação dos Centros de Convívio de Idosos através da promoção de iniciativas de carácter socio-cultural	

Plano de Acção para Equipamentos/Respostas Sociais (I)

<i>Acções</i>	<i>Calendarização</i>	<i>Recursos Humanos</i>	<i>Recursos Materiais</i>	<i>Organização/Responsável</i>	<i>Pessoal Responsável</i>
Elaboração de um documento a enviar ao ISSS, a fundamentar a necessidade de aumento de acordos para as valências e criação de respostas mais flexíveis, integradas, passivas de adaptação às necessidades	Até ao final de 2004	Apoio Domiciliário (Sta Casa da Misericórdia de Arraiolos), Sta Casa da Misericórdia de Vimieiro, Centro de Saúde, Centro Social e Paroquial de Arraiolos	Material de consumo administrativo e de desgaste	CLASA	A designar pelos responsáveis
Elaboração de um documento a enviar ao ISSS a fundamentar a necessidade de criação de uma rede de amas e/ou creche familiar para o concelho de Arraiolos	Até ao final de 2004	Sta Casa da Misericórdia de Arraiolos, Sta Casa da Misericórdia de Vimieiro, Segurança Social e Equipa de Intervenção Precoce de Arraiolos	Material de consumo administrativo e de desgaste	CLASA	A designar pelos responsáveis
Constituição de um grupo de trabalho para a elaboração do mapa de localização de equipamentos sociais, que permita uma cobertura e distribuição equilibrada	Até ao final de 2005	Grupo de Trabalho do CLASA	Material de consumo administrativo e de desgaste	CLASA	Grupo de trabalho do CLASA acrescido de eventuais elementos externos ao mesmo.
Realização de diagnóstico de necessidades e interesses reais dos jovens no concelho Constituição e Assinatura de Protocolo com Instituições de Investigação Social para a realização do estudo	Até finais de 2005	Grupo de trabalho do CLASA		CLASA	Grupo de trabalho do CLASA acrescido de eventuais elementos externos ao mesmo.
Elaboração e implementação de um projecto para uma resposta integrada de ocupação de Tempos livres para jovens e crianças	Junho de 2005	Santa Casa da Misericórdia de Vimieiro, Associação de Jovens de Vimieiro, dois representantes do Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos e Agrupamento de Escuteiros de Vimeiro.	Material de consumo administrativo e de desgaste	Santa Casa da Misericórdia de Vimieiro	Dra Conceição Freixo
Criação e Dinamização do Projecto “Movimento Sénior” - Aulas de Natação para idosos - Actividades desportivas com e para idosos	Final de 2004 Primeiro trimestre de 2005	CMA Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos	Material de consumo administrativo e de desgaste, viaturas	Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos e CMA	Dra Cristina Nunes Ana Cardoso

Eixo Prioritário de Intervenção – Habitação

<i>Fraquezas</i>	<i>Dados que traduzem esta realidade</i>	<i>Objectivo estratégico</i>
Ausência de algumas instalações básicas, nalguns alojamentos, tais como sejam a retrete, o duche e/ou casas de banho	Existem, segundo dados do INE, cerca de 242 alojamentos sem retrete, 48 sem esgotos e 288 sem banho. O Relatório do NAFC dá-nos ainda a conhecer a existência, junto dos agregados alvo de intervenção social, de 41.7% de alojamentos sem wc e 33% sem retrete.	Promover o Bem Estar geral da população pelo garantir de condições de Habitabilidade e Acessibilidade às mesmas
Reduzida oferta do mercado habitacional	No concelho de Arraiolos existem, segundo dados do INH (2003), 695 alojamentos vagos, dos quais, 50 (7.2%) para venda, 20 (2.9%) para aluguer e 601 para outras situações (86.5%). Em termos do Alentejo Central, Arraiolos apresenta-se como um dos concelhos com menor percentagem de alojamentos vagos.	
Reduzido número de habitações para arrendamento	Segundo dados do INH (2003), fogos vagos para arrendamento, representam cerca de 2.9%	
Elevados custos do arrendamento recente	No geral constatamos que as rendas, no concelho, se situam sobretudo entre os 14,96€ e os 149,63€, associando-se às rendas de valor mais baixo, contratos de arrendamentos mais antigos, anteriores a 1975. Do mesmo modo, é perceptível o facto de a partir de 1990 o arrendamento se ter encarecido.	
Problemas de sobrelotação	Existem 354 alojamentos sobrelotados (11.4%), segundo dados do INE. Dados do relatório do NAFC apontam para a existência de 36% dos agregados a residir em fogos sobrelotados, ou seja, em fogos cuja tipologia não se encontra adequada ao número de pessoas que aí residem.	
Necessidades de realojamento para alguns agregados	As especificidades de alguns agregados, alvo de intervenção do NAFC levam-nos a concluir pela necessidade de realojamento de alguns agregados do concelho, seja por motivos de sobrelotação ou de limitações nas condições elementares de habitabilidade de alguns alojamentos.	
Necessidades de reparação no interior e exterior de algumas habitações	A necessidade de realojamento passa, inevitavelmente, pela necessidade de construção de habitações que, também se deve à pouca resposta do mercado de arrendamento no concelho. A construção de habitações potenciará a fixação populacional, ou pelo menos servirá como factor de atenuação da repulsão populacional.	
Aumento do uso sazonal dos fogos	Segundo dados do INE (2001) encontramos 188 edifícios com necessidades de reparação muito grandes na cobertura, 161 nas paredes e caixilharias exteriores e 132 na estrutura. 8.7% apresentam-se como muito degradadas. Do Relatório do NAFC retiramos como conclusões a existência de necessidades de reparação no interior, junto dos alojamentos de 32% dos agregados e de 40% (no que concerne às necessidades de reparação no exterior). No período que compreende os anos de 1991 a 2001, encontramos, segundo dados do INE (2001) um decréscimo dos alojamentos para residência habitual (-107) e um acréscimo dos fogos vagos (+259).	

<i>Objectivo estratégico</i>	<i>Estratégia</i>	<i>Objectivos Específicos</i>
Promover o Bem Estar da população pelo garantir de condições de Habitabilidade e Acessibilidade às mesmas	Fixar população no concelho	1. Até ao final de 2005 reduzimos em 30% as habitações sem condições
	Melhorar as condições de habitabilidade dos agregados familiares pertencentes a estratos sociais desfavorecidos Divulgar os Programas de habitação e reabilitação Promover a conservação, beneficiação e reabilitação de alguns alojamentos Actualizar o diagnóstico social na área habitacional	2. Até ao fim de 2006, divulgamos activamente, todos os Programas de habitação e reabilitação das habitações

Plano de Acção para Habitação

<i>Acções</i>	<i>Calendarização</i>	<i>Recursos Humanos</i>	<i>Recursos Materiais</i>	<i>Organização/Responsável</i>	<i>Pessoal Responsável</i>
Implementar o Programa Municipal de Apoio à Reabilitação de Habitações Degradadas para estratos sociais desfavorecidos	Anualmente	Comissão Técnica	-	Câmara Municipal de Arraiolos	Ana Cardoso; Ricardo Pais e Rui Caetano
Actualizar o diagnóstico partilhado dos agregados familiares com necessidades ao nível da habitação	4º trimestre de 2004	Sociólogo	-	Câmara Municipal de Arraiolos	A designar
Estruturar um Programa Integrado de Habitação que responda às necessidades identificadas	Junho de 2005	Grupo de Trabalho da Câmara Municipal de Arraiolos	-	Câmara Municipal de Arraiolos	A designar

Eixo Prioritário de Intervenção – Saúde

<i>Fraquezas</i>	<i>Dados que traduzem esta realidade</i>	<i>Objectivo estratégico</i>
Serviços de Saúde Insuficientes (médicos, enfermeiros)	A análise dos dados fornecidos pelo Centro de Saúde em 2003, mostrou os recursos humanos existentes e o desdobramento dos mesmos, em termos espaciais e de tarefas.	Melhorar os níveis de eficácia da saúde e assegurar a todos os cidadãos o acesso a cuidados de saúde
Especificidades físicas e psicológicas provenientes do envelhecimento populacional	O envelhecimento da população comporta especificidades em termos de dependência económica, mas também, no que refere à falta de autonomia e necessidade de resposta por parte da saúde no concelho.	Prevenir comportamentos de risco a nível da saúde: toxicodependência, DST, prevenção rodoviária, entre outras.
Consumo de tabaco e álcool junto dos jovens	O estudo desenvolvido com o apoio da Escola EB 2,3/S de Cunha Rivara, vem apresentar como conclusões, no que respeita ao consumo de drogas lícitas e ilícitas, a existência de 9.3% de alunos consumidores de tabaco (com início do consumo junto das idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos). No que respeita ao álcool, encontramos 25% de alunos que consomem álcool habitualmente (destes 5.7% revela consumir álcool às refeições)	

<i>Objectivo estratégico</i>	<i>Estratégia</i>	<i>Objectivos Específicos</i>
Melhorar os níveis de eficácia da saúde e assegurar a todos os cidadãos o acesso a cuidados de saúde	Fomento de actividades de prevenção no âmbito da toxicodependência, alcoolismo, sexualidade, maus hábitos alimentares, prevenção rodoviária, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras.	1.Em 2004 existe um programa específico de prevenção ao consumo de álcool
Prevenir comportamentos de risco a nível da saúde: toxicodependência, DST, prevenção rodoviária, entre outras.	Facilitar o acesso aos serviços e cuidados de saúde da população socialmente desfavorecida ou em situação de perda de autonomia	2.Educar para a saúde através do acompanhamento por uma nutricionista nos refeitórios e bares escolares
	Prevenir comportamentos de risco a nível da saúde: toxicodependência, doenças infecto-contagiosas, prevenção rodoviária	3.As crianças em idade pré-escolar beneficiam de programas de intervenção ao nível da prevenção rodoviária, prevenção de acidentes domésticos
	Reforçar a sensibilização/informação ao nível da prevenção primária	4.As crianças entre os 6 e os 15 anos beneficiam de programas de intervenção ao nível da prevenção rodoviária, prevenção de abuso de substâncias, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, entre outras. Com envolvimento de toda a comunidade, organizações e colectividades

Plano de Acção para Saúde

<i>Acções</i>	<i>Calendarização</i>	<i>Recursos Humanos</i>	<i>Recursos Materiais</i>	<i>Organização/Responsável</i>	<i>Pessoal Responsável</i>
Dinamização do Programa de Prevenção ao consumo de álcool	2004	Centro de Saúde, o Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos, CMA	Material de desgaste Espaço físico Material a determinar	Centro de Saúde	A determinar pelos responsáveis da entidade
Realização de um protocolo com o Hospital de Évora com o objectivo do acompanhamento das refeições escolares Reabrir e dinamizar o Gabinete de Saúde e Bem Estar	2004-2007 2004	Centro de Saúde, o Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos, CMA	Material de desgaste Espaço físico Material a determinar	Centro de Saúde	Dra Clara de Morais
Realização de um protocolo com a Associação Portuguesa de Segurança Infantil (APSI) com o objectivo de dinamizar sensibilização na área da prevenção doméstica rodoviária	2004-2007	Centro de Saúde, o Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos, CMA	Material de desgaste Espaço físico Material a determinar	Centro de Saúde	Dra Clara de Morais
Realização de um protocolo com o Hospital de Évora e Instituto da droga e Toxicoddependência (IDT), com vista ao desenvolvimento de acções de sensibilização na área da prevenção rodoviária, prevenção de abuso de substâncias, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.	2004-2007	Centro de Saúde, o Agrupamento Vertical de Escolas de Arraiolos, CMA	Material de desgaste Espaço físico Material a determinar	Centro de Saúde	Dra Clara de Morais

4. Do Planear à Participação, Execução e Avaliação

O processo de planeamento consistiu na clarificação de metodologias e intervenções. Desde o início do processo de Implementação da Rede Social que partimos de **pressupostos vários** de entre os quais salientamos:

a) a participação activa dos envolvidos nas diferentes áreas prioritárias de intervenção, desde o início do processo. Ou seja, procurámos que o envolvimento e a participação se desse, desde logo, aquando da realização do pré-diagnóstico social.

b) o assumir colectivo do PDS e Plano de Acção por parte de todos os envolvidos numa perspectiva de responsabilização e rentabilização dos recursos existentes, sejam eles humanos ou materiais.

c) a articulação com outras formas de planeamento, projectos e actividades a decorrer ou planeadas para o concelho.

Reconhecendo o processo de planeamento como um processo inacabado e em constante mutabilidade, assumimos, desde o início que a importância de uma **equipa de coordenação do mesmo**. Esta desempenharia um papel de **controlo e avaliação constante**, desde o início até ao fim de cada uma das acções definidas. O espaço dado a cada entidade responsável por cada acção não seria ultrapassado, apenas se procederia à avaliação do decurso de cada uma das acções, por forma a verificar a execução dos objectivos específicos definidos. Esta equipa, pode, porventura, ser constituída pelo Grupo de Trabalho da Rede Social. Isto permitiria, por um lado, o reforço da articulação e da parceria e, por outro, a consolidação da ideia de responsabilização e operacionalização conjunta das acções.

Num outro sentido, proceder-se-ia à avaliação de todo o processo de implementação do Plano através da consulta e reflexão conjunta às entidades representadas no CLASA, o que porventura, poder ser feito anualmente.

Todo o processo de implementação da Rede Social implicou, desde o seu início a definição de um **sistema de informação e de comunicação** que permitisse a articulação eficaz e a troca atempada de informação. Segundo o ISSS (2004: 22) O sistema de Informação é fulcral para o sucesso do programa pois vai permitir “(...) *um fluxo contínuo de informação botom-up e bottom down, que se*

constitui como uma mais valia efectiva (...). O sistema de informação deve, deste modo apresentar-se como um instrumento facilitador da actualização/construção do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social, garantindo desde o início a circulação e disseminação de informação importante entre parceiros da Rede e entre a Rede e a comunidade em geral.

Este sistema manter-se-á aquando da implementação do Plano de Desenvolvimento Social e de Acção, pois só assim, se conseguirá uma intervenção eficaz, coerente e articulada entre parceiros.

5. O 3º Quadro Comunitário de Apoio

Antes de partirmos para a definição dos eixos de desenvolvimento do concelho, considerámos pertinente analisar os eixos prioritários do 3º QCA, assumindo, para o efeito, o facto, do mesmo ser altamente determinante para a definição e orientação das políticas quer nacionais, quer regionais.

O 3º Quadro Comunitário de Apoio assume como principais domínios de intervenção: o potencial humano; a actividade produtiva e a estruturação do território. *“A prioridade à valorização do potencial humano resulta da constatação de que os baixos níveis de produtividade constituem um ponto fraco da economia portuguesa. (...)”*. No que respeita à actividade produtiva, pretende-se, com este terceiro quadro comunitário de apoio, obter *“(...) acréscimos de produtividade, através do apoio às estratégias empresariais e da consideração de outros factores decisivos, como sejam o progresso científico e a inovação tecnológica e o reforço dos serviços avançados às empresas. Ao mesmo tempo, prevêem-se intervenções de apoio à agricultura e desenvolvimento rural e pescas. (...) A consideração do território, como elemento de coesão do todo nacional e da integração de Portugal na economia global e europeia, determina, por sua vez, as grandes orientações quanto à construção de infra-estruturas compatíveis com a preservação do ambiente e quanto ao apoio ao desenvolvimento das regiões portuguesas, na perspectiva da correcção dos principais desequilíbrios e assimetrias regionais”*. (Ministério do Planeamento; 2000 :14).

A operacionalização dos domínios prioritários concretiza-se através de quatro eixos que agrupam os 18 programas operacionais, complementares entre si, abaixo enunciados.

Eixo nº 1 – ELEVAR O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DOS PORTUGUESES, PROMOVER O EMPREGO E A COESÃO SOCIAL

- 1.1. Educação (Programa Operacional da Educação)
- 1.2. Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social)
- 1.3. Ciência, Tecnologia e Inovação (Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação)
- 1.4. Sociedade da Informação (Programa Operacional para a Sociedade de Informação)
- 1.5. Saúde (Programa Operacional para a Saúde)
- 1.6. Cultura (Programa Operacional para a Cultura)

Eixo nº2 – ALTERAR O PERFIL PRODUTIVO EM DIRECÇÃO ÀS ACTIVIDADES DO FUTURO

- 2.1. Programa Operacional “Agricultura e Desenvolvimento Rural”
- 2.2. Programa Operacional “Pescas”
- 2.3. Programa Operacional “Economia”

Eixo nº 3 – AFIRMAR O VALOR DO TERRITÓRIO E DA POSIÇÃO GEO-ECONÓMICA DO PAÍS

- 3.1. Aspectos Gerais
- 3.2. Fundo de Coesão – Coerência, complementaridade e quadro de referência
- 3.3. Transportes (Programa Operacional Acessibilidades e Transportes)
- 3.4. Ambiente (Programa Operacional Ambiente)

Eixo nº 4 – PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES E A COESÃO NACIONAL

- 4.1. Enquadramento Regional
- 4.2. Programas Regionais (PORA – Programa Operacional Região Alentejo)

5.1. As Iniciativas Comunitárias

As Iniciativas Comunitárias são Programas específicos da União Europeia, que procuram soluções comuns para problemáticas que se manifestam em todo o território europeu, sendo as seguintes:

INTERREG III – O objectivo do Interreg III consiste em reforçar a coesão económica e social da Comunidade Europeia fomentando a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter regional, bem como o desenvolvimento equilibrado do seu território.

Disponível em www.qca.pt/ini_comunitarias/

URBAN II – destina-se a lutar contra os problemas económicos e ambientais que se concentram, de modo crescente nos centros urbanos. Inclui uma série de operações tais como a recuperação de infra-estruturas degradadas ou obsoletas com acções nos sectores do mercado de trabalho, complementadas por medidas destinadas a combater a exclusão e melhorar a qualidade do ambiente urbano.

Disponível em http://www.qca.pt/ini_comunitarias/urban.html

LEADER + - O Programa Leader + visa incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento das zonas rurais da Comunidade Europeia, cujo objecto seja a experimentação de novas formas de património natural e cultural; reforço do ambiente económico, contribuindo para postos de trabalho, melhoria da capacidade organizacional das comunidades rurais; assegurar a divulgação de saberes e conhecimentos. Entidades beneficiárias poderão ser os denominados grupos e acção local. Informações em <http://www.dgdrural.pt/leadermais/index.html>.

EQUAL - Destina-se a eliminar os factores que estão na origem das desigualdades e discriminação e impedem actualmente muitos cidadãos de desempenharem o seu papel. O objectivo é o de desenvolvimento de competências e empregabilidade das pessoas actualmente sem trabalho, a renovação das competências das pessoas que se encontram a trabalhar e o desenvolvimento empresarial. Informações disponíveis em www.equal.pt, onde encontramos informações e o guia de apoio ao utilizador – 2ª fase.

Prioridade 1 – Empregabilidade

1.1.1. Percursos Integrados de Orientação-Inserção

1.2.1. Prevenção de discriminações raciais e étnicas

Prioridade 2. Espírito Empresarial

2.1.1. Criação de Empresas e Desenvolvimento

2.2.1. Qualificação das Organizações

Prioridade 3 Adaptabilidade

Área de Intervenção 3.1.1. Formação ao Longo da Vida em contexto de trabalho

Área de Intervenção 3.2.1. Adaptação e Reconversão profissional

Área de Intervenção 3.2.3. Cidadania Empresarial – economia cívica

Área da Intervenção 3.2.4. Sociedade da Informação e do Conhecimento

Prioridade 4. Igualdade de Oportunidade para as Mulheres e Homens

4.1.1. conciliação da vida familiar-profissional

4.1.2. Eliminação da discriminação no trabalho

Prioridade 5. Requerentes de Asilo

5.1.1. Formação e Integração profissional dos requerentes de asilo.

5.1.2. Programas, Medidas e Legislação

5.1.2.1. Os Programas Operacionais

Programa Operacional da Educação – PRODEP III

Eixo 1: Formação Inicial e Qualificante de Jovens

Medida 1- Diversificação das Ofertas de Formação Inicial Qualificante de Jovens

Medida 2 – Desenvolvimento do Ensino Pós Secundário e Superior

Medida 6 – Infra-estruturas do ensino Superior

Medida 7 – Apoiar a mobilidade intra e inter-regional de estudantes

Medida 8 – Infra-estruturas de Educação pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário

Eixo 2: Apoio à Transição para a Vida Activa e Promoção da Empregabilidade

Medida 3 – Apoio à transição dos jovens para a Vida Activa

Medida 4 – Educação e Formação ao Longo da vida

Eixo 3: Sociedade da Aprendizagem

Medida 5 – Formação de docentes e outros agentes

Medida 9 – Tecnologias de Informação e de Comunicação

Eixo 4: Assistência Técnica

Medida 10 e 11 – Assistência Técnica

Em termos do Alentejo temos a analisar a Medida 1. Infra-estruturas de Educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário (FEDER) que visa o investimento infra-estrutural a nível da educação, (em termos de laboratórios, bibliotecas, infra-estruturas desportivas e através do apoio à criação de jardins de infância e escolas); e a Medida 2. Ensino Profissional (FSE) que consolidar as ofertas de Ensino Profissional já existentes a nível local e regional.

Informações no site www.qca.pt/po/prodep/prodep.html

www.prodep.min-edu.pt

Na área da Educação o Governo apresenta 3 Intervenções: O Programa Leonardo da Vinci e

Sócrates, o NARIC e as Acções Marie Curie⁴. O Programa Leonardo da Vinci destina-se a apoiar e complementar as actividades empreendidas nos Estados Membros da União Europeia, para melhorar a qualidade das políticas e práticas de formação. O Programa Sócrates, dá especial atenção á aprendizagem ao longo da vida e é integrado pelo Programa Erasmus (direccionado, sobretudo, a estudantes do ensino superior). Mais informações em www.socleo.pt

O NARIC (Rede dos Centros Nacionais de Informação sobre Reconhecimento Académico nos Estados Membros da EU) é um centro especialmente vocacionado para esclarecer os interessados, no que respeita ao reconhecimento de diplomas e títulos estrangeiros. Os Centros NARIC, integram a rede ENIC (que inclui os centros de informação dos países membros do Conselho da Europa e da UNESCO). Mais informações em http://www.desup.min-edu.pt/nar_introducao_pt.htm

4 Informações sobre as Acções Marie Curie em <http://www.grices.mces.pt>

Programa Operacional do Emprego - POEFDS

O POEFDS – Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social

Eixo 1: Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a vida activa

Medida 1.1. Formação Inicial com Certificação Profissional e Escolar

Medida 1.2. Formação Inicial para a Qualificação Profissional

Eixo 2: Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade

Medida 2.1. - Formação Profissional Contínua

Medida 2.2. - Formação e Desenvolvimento Organizacional

Eixo 3: Qualificar para Modernizar a Administração Pública

Medida 3.1. - Formação e Valorização dos Recursos Humanos na Administração Central

Eixo 4: Promoção da Eficácia e da Equidade das Políticas de Emprego e Formação

Medida 4.1. Infra-estruturas e Equipamentos

Medida 4.2. Desenvolvimento e Modernização das Estruturas e Serviços de Emprego e Formação

Medida 4.3. Formação dos Profissionais da Política de Emprego e Formação

Medida 4.4. Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres

Eixo 5: Promoção do Desenvolvimento Social

Medida 5.1. Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário

Tipologia de Projecto 5.1.1. Rede Social para o Desenvolvimento

Acção-Tipo 5.1.1.1. - Dinamização e Consolidação de Parcerias Locais

Acção-Tipo 5.1.1.2. Formação e Qualificação de Agentes de Desenvolvimento Social

Tipologia de Projecto 5.1.2. Desenvolvimento Sócio-Comunitário

Acção Tipo 5.1.2.1. Promoção da Participação e da Acção Comunitária

Acção Tipo 5.1.2.2. Melhoria das Competências Pessoais e Sociais

Acção Tipo 5.1.2.3. Formação e Qualificação dos Agentes de Desenvolvimento

Medida 5.2. Promoção da Inserção Social e Profissional das Pessoas com deficiência

Tipologia do Projecto 5.2.1. Desenvolvimento Pessoal e Profissional

Acção Tipo 5.2.1.1. Preparação Pré-Profissional

Acção Tipo 5.2.1.2. Informação, Avaliação e Orientação Profissional

Acção Tipo 5.2.1.3. Formação Profissional

Acção Tipo 5.2.1.4. Readaptação ao Trabalho

Tipologia de Projecto 5.2.2. - Integração no Mercado de Trabalho

Acção Tipo 5.2.2.1. Apoios à Contratação

Acção Tipo 5.2.2.2. Promoção da Igualdade de Oportunidades no Acesso ao Emprego por pessoas com deficiência

Acção Tipo 5.2.2.3. Emprego Apoiado em Mercado de Trabalho

Acção Tipo 5.2.2.4. Emprego Protegido

Acção Tipo 5.2.2.5. Instalação por Conta Própria

Acção Tipo 5.2.2.6. Apoio à Colocação e Acompanhamento pós colocação

Acção Tipo 5.2.2.7. Sistema de Apoio ao Teletrabalho e Criação de Bolsa de Emprego para teletrabalhadores

Tipologia do Projecto 5.2.3. Acções de Carácter Estruturante e Complementar

Acção Tipo 5.2.3.1. Ajudas Técnicas

Acção Tipo 5.2.3.2. Rede de Centros de Recursos Locais especializados de apoio à intervenção dos serviços públicos de emprego/Centros de Emprego

Acção Tipo 5.2.3.3. Novas Oportunidades

Acção Tipo 5.2.3.4. Desenvolvimento de Recursos Humanos/Formação de Técnicos

Acção Tipo 5.2.3.5. Informação e sensibilização das entidades empregadoras e da comunidade

Acção Tipo 5.2.3.6. Adaptação dos Sistemas de Informação e Comunicação às Características das pessoas com deficiência, no domínio da formação profissional e do emprego.

Medida 5.3. Promoção da Inserção Social e Profissional de Grupos Desfavorecidos

Tipologia de Projecto 5.3.1. Desenvolvimento Pessoal, Social e Profissional

Acção Tipo 5.3.1.1. Formação Social e Profissional

Acção Tipo 5.3.1.2. Educação e Formação de Adultos com Certificação Escolar e Profissional

Tipologia de Projecto 5.3.2. Integração no Mercado de Trabalho – Vida Emprego

Tipologia de Projecto 5.3.3. Acções de carácter estruturante e complementar

Acção Tipo 5.3.3.1. Formação de Agentes de Apoio à Inserção Profissional

Acção Tipo 5.3.3.2. Mediação para a Formação e Emprego – Vida Emprego

Acção Tipo 5.3.3.3. Implementação de redes de apoio à inserção profissional

Medida 5.4. Promoção da Inserção no âmbito dos Instrumentos de Mercado de Emprego

Medida 5.4.1. Iniciativas de Emprego com Carácter Social

Acção Tipo 5.4.1.1. - Programas Escolas e Oficinas

Acção Tipo 5.4.1.2. Formação em Artesanato

Acção Tipo 5.4.1.3. Programa Inserção Emprego -prémio de integração

Acção Tipo 5.4.1.4. Programa de Inserção – formação, profissionalização e prémio de integração

Acção Tipo 5.4.1.5. PAIPS: Programa de Apoio à Iniciativa Privada Social – apoios à formação, contratação à criação do próprio emprego

Acção Tipo 5.4.1.6. Programa Rede Ajuda – apoios à formação, contratação e criação do próprio emprego

Tipologia de Projecto 5.4.2. Actividades Ocupacionais com Utilidade Social

Acção Tipo 5.4.2.1. Programa Inserção/Emprego – formação específica, integração em actividades de interesse social

Acção Tipo 5.4.2.2. Programas Ocupacionais – Carenciados

Acção Tipo 5.4.2.3. Programas Ocupacionais – Subsidiados

Acção Tipo 5.4.2.4. Protocolos/Despachos Conjuntos – formação específica

Acção Tipo 5.4.2.5. Protocolos/Despachos Conjuntos – actividade ocupacional

Tipologia de Projecto 5.4.3. Actividades de Carácter Estruturante e Complementar

Acção Tipo 5.4.3.1. Promoção de Artesanato- pessoas singulares e colectivas

Medida 5.5. Apoio ao desenvolvimento cooperativo

Tipologia de Projecto 5.5.1. Apoio à Criação de Postos de Trabalho

Acção Tipo 5.5.1.1. Apoio à Criação de Postos de Trabalho

Tipologia de Projecto 5.5.2. Estudos e Consultoria

Acção Tipo 5.5.2.1. Apoios à realização de Estudos de Desenvolvimento

Acções Tipo 5.5.2.2. Serviços de Consultadoria

Tipologia de Projecto 5.5.3. Acções de Formação

Acção Tipo 5.5.3.1. Formação de Profissionais e Dirigentes

Medida 5.6. Desenvolver a Rede de Equipamentos e Serviços de Promoção do Desenvolvimento Social

Tipologia do Projecto 5.6.1. Desenvolver a rede de Equipamentos e Serviços Vocacionados para o desenvolvimento Social

Tipologia de Projecto 5.6.2. Equipamentos de Apoio à Inserção Social de Toxicodependentes

Tipologia de Projecto 5.6.3. Estruturas de Apoio à Formação e Integração Socio-Profissional

Ao nível do Alentejo e em termos do Programa Operacional Emprego desconcentrado, encontramos as Medidas 3. Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao nível Local (FSE) e 4. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local. O primeiro tem por objectivo a dinamização do desenvolvimento local e a minimização do desemprego de longa duração, pela qualificação e inserção profissional de desempregados e pela criação de emprego em iniciativas locais. A segunda medida tem por objectivo o desenvolvimento endógeno das regiões pelo apoio ao investimento em iniciativas locais criadoras de emprego.

Disponível em <http://www.poefds.pt>

Em relação à **Medida 5.1.1. - Rede Social para o Desenvolvimento** (integrado na Medida Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário), há que dar a conhecer a celebração de um contrato programa com o Instituto de Solidariedade e Segurança Social, a quem cabe a análise, instrução e decisão das candidaturas ao Programa Rede Social.

Medida 5.2. Associação do POEFDS com o IEFP

Medida 5.5. e 5.4. ambas as medidas estão contratualizadas entre o IEFP e o INSCOOP (Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo).

Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação - POCTI

Eixo 1: Formar e Qualificar

Medida 1.1. Formação Avançada

Medida 1.2. Apoio à inserção de doutores e mestres nas empresas e instituições

Eixo 2: Desenvolver o Sistema científico, tecnológico e de Inovação

Medida 2.1. Desenvolver uma Rede Moderna de Instituições de I&D

Medida 2.2. Organizar uma Matriz Coerente de Equipamentos Científicos

Medida 2.3. Promover a Produção Científica e Desenvolvimento Tecnológico

Eixo 3: Promover a cultura científica e tecnológica

Medida 3.1. Promover a cultura científica e tecnológica

Em termos das Desconcentradas, para o Alentejo, encontramos a Medida 5 . Promoção da Cultura Científica e Tecnológica, cujo propósito é o de criar ambientes estimuladores de curiosidade e interesse pela ciência e o estimular as aprendizagens experimentais.

In www.qca.pt/po/pocti/pocti.html
www.pocti.mces.pt

No âmbito do POCTI, podemos referir o facto do Governo ter aprovado dois novos programas operacionais para apoio à Investigação e Desenvolvimento (i&D), denominada "Conhecimento e Inovação". Este Programa tem como horizonte 2010, mas a aposta encontra-se concentrada nos próximos três anos.

As áreas de intervenção serão a inovação, sociedade de informação e de conhecimento, modernização da Função Pública e desenvolvimento da ciência e formação no ensino superior, através do Ciência 2010 – Programa Operacional da Ciência e Inovação (POCI) e Futuro 2010 – Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POSC). Para além destes novos programas, foi aprovado um regime de mecenato científico, que prevê incentivos fiscais, e de bolsas de formação que, juntamente com os dois programas aprovados, constituirão um apoio à comunidade científica e à sociedade da informação e do conhecimento. Para mais informações www.mces.gov.pt.

POSI – Programa Operacional da Sociedade de Informação

Eixo 1: Desenvolver as competências

Medida 1.1. Competências Básicas

Medida 1.2. Formação Avançada

Medida 1.3. Investigação e Desenvolvimento

Eixo 2: Portugal Digital

Medida 2.1. Acessibilidades

Medida 2.2. Conteúdos

Medida 2.3. Projectos Integrados: das Cidades Digitais ao Portugal Digital

Medida 2.4. Acções Integradas de Formação

Eixo 3: Estado Aberto: Modernizar a Administração Pública

Medida 3.1. Estado Aberto, Modernizar a Administração Pública

A Medida 6. desconcentrada aplicada ao Alentejo, denominada Construir a Sociedade de Informação, procura a extensão a regiões, das novas tecnologias de comunicação e a Medida 7. Construir a Sociedade de Informação através da qualificação de recursos humanos no domínio das tecnologias da informação, por meio da dinamização de acções de formação.

In www.qca.pt/po/posi/posi.html

www.posi.pcm.gov.pt

POSaúde – Saúde XXI -

Eixo 1: Promover a Saúde e Prevenir a Doença

Medida 1.1. Informação, Promoção e Defesa da Saúde Pública

Medida 1.2. Áreas de Actuação Estratégica

Eixo 2: Melhorar o Acesso a cuidados de Saúde de Qualidade

Medida 2.1. Rede de Referência Hospitalar

Medida 2.2. Tecnologias de Informação e de Comunicação

Medida 2.3. Certificação e Garantia de Qualidade

Medida 2.4. Formação de Apoio a Projectos de Modernização de Saúde

Eixo 3: Promover novas parcerias e novos actores na Saúde

Media 3.1. Criação e Adaptação de Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde

Em termos das desconcentradas, encontramos para o Alentejo a Medida 8. Melhoria das Condições de Saúde, que tem por objectivos a modernização das estruturas e formas organizativas, o reforço da articulação com outras estruturas, a formação, os cuidados continuados, entre outros.

In www.qca.pt/po/saude/saude.html

www.saudexxi.min-saude.pt

POC – Programa Operacional da Cultura

Eixo 1: Valorizar o Património Histórico e Cultural

Medida 1.1. Recuperação e Animação de sítios históricos e culturais

Medida 1.2. Modernização e dinamização dos museus nacionais

Eixo 2: Favorecer o Acesso a Bens Culturais

Medida 2.1. Criação de uma rede fundamental de recintos culturais

Medida 2.2. Utilização das novas tecnologias da informação para acesso à cultura

Medida 2.3. Assistência Técnica

No âmbito cultural, importa referir a medida desconcentrada 9 – Recuperação do Património Histórico e Cultural que visa, a recuperação mediante o apoio técnico e financeiro.

Disponível em www.qca.pt/po/poc/poc.html e <http://poc.min-cultura.pt>

[Http://poc.min-cultura.pt](http://poc.min-cultura.pt)

PO Agricultura e Desenvolvimento Rural -AGRO – Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento

Eixo1: Melhorar a competitividade agro-florestal e a sustentabilidade

Medida 1.1. Modernização, Reconversão e Diversificação das Explorações

Medida 1.2. Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas

Medida 1.3. Desenvolvimento Sustentável das Florestas

Medida 1.4. Gestão e Infra-Estruturas Hidro-Agrícolas

Medida 1.5. Prevenção e Restabelecimento do Potencial de Produção Agrícola

Medida 1.6. Engenharia Financeira

Eixo 2: Reforçar o Potencial Humano e os Serviços à Agricultura

Medida 7. Formação profissional

Medida 8. Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração

Medida 9. Infra-estruturas formativas e tecnológicas

Medida 10. Serviços Agro-Rurais Especializados

Medida 11. Assistência Técnica

Medida 12. Assistência Técnica

Medida 13. Assistência Técnica

Em termos de medidas desconcentradas ao nível da agricultura, encontramos a Medida 11. Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRIS) que procura, conciliar o desenvolvimento da agricultura enquanto actividade económica e enquanto actividade sustentável. Esta medida contempla um conjunto de 8 acções e destina-se a agricultores, agentes com actividade económica ligada à agricultura, autarquias e outros organismos. As 8 acções compreendem:

Acção 1: Diversificação na Pequena Agricultura

Acção 2: Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade

Acção 3: Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas

Acção 4: Serviços à Agricultura

Acção 5: Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento

Acção 6: Caminhos e Electrificação agro-rurais

Acção 7: Valorização do Ambiente e do Património Rural

Acção 8: Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural

Disponível em www.qca.pt/po/agro/agro.html e <http://min-agricultura.pt> e o IFADAP.

Para além do AGRIS (Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais) temos ainda a identificar o VITIS (Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação da Vinha) e o RURIS (Plano de Desenvolvimento Rural). O VITIS é composto por 5 medidas e destina-se a apoiar viticultores singulares ou colectivos a nível da reconversão varietal, realocização de vinhas e melhoria das técnicas de gestão da vinha. Entrou em vigor pela Portaria 685/2000 de 30 de Agosto e prolonga-se pelos anos seguintes de acordo com o fixado no Despacho do Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. O Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS), aplica-se ao período 2000-2006 e integra quatro medidas: Reforma Antecipada, indemnizações Compensatórias, Medidas Agro-Ambientais e Florestação de Terras Agrícolas.

Para mais informação contactar:

Ministério da Agricultura www.min-agricultura.pt

IFADAP (Instituto de Financiamento e Apoio ao desenvolvimento da Agricultura www.ifadap.pt

DGDRural (Direcção Geral do desenvolvimento Rural) www.dgdrural.pt

DGF (Direcção Geral das Florestas)

<http://idrha.min-agricultura.pt>,

Associação de Jovens Agricultores de Portugal www.ajap.pt

Direcção Regional da Agricultura do Alentejo

Instituto da Vinha e do Vinho www.ivv.pt

Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola www.inga.min-agricultura.pt

PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia⁵

Eixo 1: Dinamização das Empresas

Medida 1 – Estimular a Modernização Empresarial (SIME)

Medida 2 – Apoiar o Investimento Empresarial (SIPIE⁶, URBCOM⁷, PIFC⁸, SIVETUR⁹ e NEST¹⁰)

Medida 3 – Melhorar as Estratégias Empresariais (IDEIA¹¹, SIME Inovação¹², DEMTEC¹³, NITEC¹⁴, SIUPI¹⁵, MAPE¹⁶SICE¹⁷, QUADROS¹⁸, Fomento do empreendedorismo e O PME Digital)

Eixo 2 – Qualificação dos recursos humanos

Medida 4 – Incentivar os Investimentos em Recursos Humanos

Eixo 3 – Dinamização da Envolvente Empresarial

Medida 5 – Incentivar a Consolidação de Infraestruturas¹⁹

Medida 6 – Apoiar as Parcerias Empresariais

Medida 7 – Dinamizar Mecanismos de Inovação Financeira e Empresarial

Medida 8 – Internacionalizar a Economia²⁰

Disponível em www.prime.min-economia.pt

Informação da Direcção Regional da Economia do Alentejo (www.dreal.min-economia.pt) dá-nos

5 Resolução do Conselho de Ministros nº 101/203, operou a substituição do POE pelo PRIME

6 SIPIE – Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais – Portaria nº 317-A/2000 de 31 de Maio

7 URBCOM – Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial e Projectos Integradores da Função Comercial

8 PIFC – Projectos Integradores da Função Comercial

9 SIVETUR – Sistema de Incentivos a Projectos Turísticos

10 NEST – Sistema de Incentivos a Novas Empresas de Suporte Tecnológico

11 IDEIA – Apoio à Investigação e Desenvolvimento Empresarial Aplicado

12 Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológicos

13 DEMTEC – Projectos Piloto relativos a produtos, processos e sistemas tecnologicamente inovadores

14 NITEC – Núcleos de I&D do Sector Empresarial

15 SIUPI – Incentivos à Utilização da Propriedade Industrial

16 MAPE – Apoio a Projectos de Eficiência Energética

17 SICE – Criação de um sistema de Incentivos à Cooperação empresarial

18 QUADROS – Incentivo à Contratação de Técnicos Qualificados

19 Os projectos a considerar nesta Medida devem reportar-se aos sectores de actividade da indústria, energia, construção, comércio, turismo e serviços e transportes. Passa por acções como: o apoio às actuais infraestruturas tecnológicas, da formação e da qualidade; apoio às actuais infra-estruturas associativas, apoio às infraestruturas energéticas, apoio às infraestruturas turísticas e Fomento de novos espaços de desenvolvimento económico (Medida de Apoio às Áreas de Localização Empresarial – ALE; Programas Integrados Turísticos de Base Regional – PITER; e Requalificação das Áreas de Produção Mineral).

20 Passa pela promoção de Portugal e das Marcas Portuguesas e pela Promoção de Acesso a Mercados. Neste contexto surge o PRIME Jovem – Programa de Apoio à iniciativa empresarial dos Jovens, criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 32/2004 de 20 de Março. Este é constituído por um conjunto de medidas de apoio selectivo, dos quais destacamos o SIPIE, o SIME; QUADROS, IDEIA, DEMTEC e NITEC.

indicação da existência do PROREST (Programa de Apoio à Requalificação e Modernização dos estabelecimentos de restauração e de bebidas), destinado a apoiar financeiramente projectos nas áreas da higiene e segurança, de estabelecimentos com mais de 4 anos de exercício de actividade, licenciados e que não beneficiem simultaneamente de outros projectos.

Indispensável em termos económicos é ainda o Documento Guia do Investidor, disponível no site www.min-economia.pt/port/guia_inv/port/mostra_faq_php_qual-542.html, onde encontramos resposta a dúvidas e variadíssima informação sobre os apoios financeiros existentes, destinatários, objectivos e modos de acesso.

Mais contactos em:

IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas de Investimento) www.iapmei.pt

IFT (Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo) www.ifturismo.min-economia.pt

PO – Acessibilidades e Transportes

POAT – Programa Operacional Acessibilidades e Transportes

Eixo 1: Integração dos Corredores Estruturantes do Território nacional e Transeuropeia de Transportes

Medida 1.1. - Ligação Multimodal Portugal/Espanha/Resto da Europa

Medida 1.2. - Acelerar a Construção dos Eixos Transversais e Diagonais Estruturantes

Eixo 2: Reforço da Coordenação Intermodal

Medida 2.1. Melhoria das Acessibilidades e Intervenções nos Portos

Medida 2.2. - Desenvolvimento da Rede Complementar Rodoviária

Medida 2.3. Desenvolver uma rede Nacional Logística

Eixo 3: Reforço da Coesão Nacional

Medida 3.1. - Desenvolvimento das Ligações Ferroviárias entre Centros Urbanos

Medida 3.2. Melhoria das Ligações Rodoviárias entre Centros Urbanos e Nós

Eixo 4: Promoção da Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes

Medida 4.1. Melhoria da Qualidade e Eficiência do sistema de Transportes

Medida 4.2. Reforço das condições de Segurança dos Sistemas de Transporte

Em termos de medidas desconcentradas ao nível do Alentejo encontramos a Medida 15: Melhoria das Acessibilidades e dos Transportes que visa a elaboração de planos de transporte e a requalificação das estradas nacionais e regionais.

Disponível em www.qca.pt/po/poat.html

www.iot.gov.pt

PO Ambiente

Programa Operacional do Ambiente

Eixo 1: Gestão Sustentável dos Recursos Naturais

Medida 1.1. Conservação e Valorização do património natural

Medida 1.2. Valorização e Protecção dos recursos Naturais

Medida 1.3. Informação, Sensibilização e Gestão Ambientais

Eixo 2: Integração do Ambiente nas Actividades Económicas e Sociais

Medida 2.1. Melhoria do Ambiente Urbano

Medida 2.2. Apoio à Sustentabilidade Ambiental das Actividades Económicas

Em termos de medidas desconcentradas, encontramos para o Alentejo a medida 16. Ambiente, que tem por objectivos a promoção do desenvolvimento sustentável, a educação e informação ambiental, a modernização ambiental das actividades económicas e conservação do património natural.

Disponível em www.qca.pt/po/poa/poa.html

www.poa.mcota.gov.pt

POAlentejo

PORA- Programa Operacional da Região Alentejo

Eixo 1: Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e municipalizaste

- Medida 1.1. Melhoria das Comunicabilidade e Mobilidade Intra e Inter-Regional
- Medida 1.2. Valorização das Condições Ambientais e do território
- Medida 1.3. Melhoria das Condições de Atractividade à Localização das Actividades Produtivas
- Medida 1.4. Melhoria da articulação Funcional do Sistema Urbano e Rural
- Medida 1.5. Coerência e Desenvolvimento das Capacidades Regionais
- Medida 1.6. Formação de Apoio ao desenvolvimento Local
- Medida 1.7. Acções Especificas de Valorização territorial
- Medida 1.8. Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento

Eixo 2: Acções Integradas de base Territorial

- Medida 2.1. Acção Integrada do Norte Alentejano
- Medida 2.2. Acção Integrada da Zona de Mármore
- Medida 2.3. Acções Integradas no Norte Alentejano e da Zona dos Mármore
- Medida 2.4. Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades -Componente Territorial
- Medida 2.5. Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – Componente Empregabilidade

Eixo 3: Intervenção da Administração Central

- Medida 3.1. Infra-estruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensino Básico
- Medida 3.2. Ensino Profissional
- Medida 3.3. Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao nível local
- Medida 3.4. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local
- Medida 3.5. Promover a Cultura Científica e Tecnológica
- Medida 3.6. Construir a Sociedade de Informação
- Medida 3.7. Construir a Sociedade de Informação
- Medida 3.8. Melhoria das Condições de Saúde
- Medida 3.9. Recuperação do Património Histórico e Cultural
- Medida 3.10. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos

Medida 3.1. Agricultura e Desenvolvimento Rural

Medida 3.12. Pescas e Infra-estruturas de portos

3.13. Pescas-Equipamentos e Transformação

3.14. Desenvolvimento e Afirmação do Potencial Económico das Regiões

3.15. Melhorias das Acessibilidades e Transportes

3.16. Ambiente

Eixo 4: Desenvolvimento Integrado da Zona do Alqueva

Disponível em <http://www.ccr-lt.pt/poralentejo/>

5.2. Áreas de Acção do Governo

Se procedermos à análise das Áreas de Acção do Governo, encontramos:

1. Estado e Segurança
2. Finanças e Economia
3. Qualificação dos Portugueses
4. Política Social

No que concerne aos Programas e Dossiers por Ministério:

1. Ministério da Administração Interna (MAI) – www.mai.gov.pt

Segurança Contra o Terrorismo (2004-03-25)

Plano Nacional de Prevenção Rodoviária (2003-03-31)

Regime Jurídico de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros do Território Nacional (2003-03-28)

2. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) – www.min-agricultura.pt

Reforma Estrutural do Sector Florestal (2004-02-06)

Dossier Política das Pescas (2004-01-05)

Programa de Acção para o Sector Florestal (2003-03-19)

Programa Ruris (2003-03-19)

Revisão Intercalar da Política Agrícola Comum da União Europeia (2002-11-06)

Segurança Alimentar

3. Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCES) – www.mces.gov.pt

Iniciativas Estratégicas para a Ciência e Investigação (2004-01-22)

Ciência 2010 – Programa Operacional da Ciência e Inovação

Futuro 2010 – Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento

Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação (204-01-09)

4. Ministério da Cultura (MC) – www.min-cultura.pt



SEGURANÇA SOCIAL



PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO,
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(POEDFS)



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

5. Ministério da Defesa Nacional (MDN) – www.mdn.gov.pt

Dossier Profissionalização das Forças Armadas (2004-04-01)

Programação Militar (2003-05-13)

Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2003-01-20)

6. Ministério da Economia (ME) – www.min-economia.pt

Iniciativa Economia em Movimento (2004-04-19)

Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos (2003-10-01)

Reestruturação do Sector Energético (2003-06-18)

Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo (2003-05-16)

Dossier Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia – Grandes Linhas. (2002-06-03)

7. Ministério da Educação (Med) – www.min-edu.pt

Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (2004-04-07)

Programa 1000 salas de aula com Tecnologia de Informação e Comunicação (2004-03-15)

Programa Escola Alerta (2003-12-03)

Proposta de Lei de Bases da Educação (2003-05-28)

Sistema de Avaliação da Educação e do Ensino não Superior (2002-12-20)

Estatuto do Aluno do Ensino não Superior (2002-12-20)

8. Ministério da Justiça (MJ) – <http://www.mj.gov.pt/>

Reforma do Notariado (2004-04-21)

Dossier Alterações ao Código Penal e Código do Processo Penal (2004-04-02)

Reforma do Sistema Prisional (2004-02-17)

Reforma do Contencioso Administrativo (2004-01-26)

Julgados de Paz (2004-01-09)

Novo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (203-12-10)

Reforma da Acção Executiva (2003-11-11)

9. Ministério da Saúde (MS) – www.min-saude.pt

Dossier Hospitais SA (2004-04-01)

Plano Nacional de Saúde para 2004-2010 (2004-02-23)

Programa Especial de Combate às Listas de Espera Cirúrgicas (2003-11-06)

Política do Medicamento

10. Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST) – www.msst.gov.pt

100 Compromissos para uma política da família (2004-03-22)

Novas Respostas Sociais (Centros de Apoio à Vida e Centros de Noite)

Proposta de Lei de Bases de Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com deficiência (a definir até fim de Dezembro de 2004)

Anteprojecto da proposta de lei da formação profissional (2003-07-08)

Rendimento Social de Inserção (2003-05-21)

Programa Emprego e Protecção Social (2003-02-13)

2003- Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (2002-12-23)

Lei de Bases da Segurança Social (2002-12-20)

Código do Trabalho (2002-12-12)

11. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (MCOTA)

Modelo de Descentralização do Continente (2004-01-28)

Dossier: Proposta de Lei Quadro da Água (18-12-2003)

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2003-10-01)

Programa Finisterra (2003-09-05)

Estratégia Nacional para a Redução de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (2003-07-08)

Política de Resíduos Industriais (2003-05-16)

12. Ministério das Finanças (MF) www.min-financas.pt

Orçamento de Estado para 2004 (2004-01-15)

Programa de Estabilidade e Crescimento (Actualização para 2004-2007)

Diplomas para a Reforma da Administração Pública (2003-09-01)

Linhas de Orientação para a Reforma da Administração Pública (2003-06-24)

13. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (MOPHT) – www.mopht.pt

Programa de Desenvolvimento do Metro nas áreas Metropolitanas (204-03-02)

Autoridades Metropolitanas de Transportes (200-02-16)

Realojamento de Famílias a residir em habitações precárias (2003-12-17)

Rede Ferroviária Nacional para o Século XXI (2003-11-10)

14. Ministério dos Negócios Estrangeiros www.min-nestrangeiros.pt

Nova Diplomacia Económica de Portugal (2003-05-08)

Dossier Iraque (2003-03-20)

15. Presidência do Conselho de Ministros (PCM) www.mp.gov.pt

Comemorações dos 30 anos do 25 de Abril (2004-03-25)

(PNAI) Plano Nacional para a Igualdade 2003-2006 (2003-06-13)

II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica 2003-2006 (2003-01-30)

Dossier Novas Opções para o Audiovisual (2003-01-30)

Prevenção e Combate à violência associado ao desporto (2004-02-20)

Euro 2004 (2003-10-16)

Lei de Bases do Desporto (2003-10-16)

Planos para a Sociedade de Informação (2003-06-27) (Plano de Acção para a Sociedade de Informação, Plano de Acção para o Governo Electrónico, Iniciativa Nacional para a Banda Larga, Iniciativa Nacional Para os Cidadãos com Necessidades especiais, Programa Nacional de Compras Electrónicas)

Acções para a Sociedade de Informação (2003-02-19)

6. Considerações Finais

Com o Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção, espera-se passar de um nível de conhecimento para um nível de decisão, participação e efectivação do partenariado.

Mais que definir acções, o PDS, procurou fazer sentir e implicar os diferentes parceiros numa lógica de subsidiariedade. Procurou-se a articulação e o aproveitamento de todos os recursos existentes no concelho. Pesando este facto, nunca deixou de constituir uma preocupação para o grupo de trabalho e entidades envolvidas no processo, a questão da execução e operacionalização dos objectivos em acções práticas e objectivas, que entrassem, futuramente, nos Planos de Actividade das diferentes entidades.

Do mesmo modo, resultou a apresentação e organização do documento escrito. Apesar da diversidade de metodologias existentes, das diferentes possibilidades de organização, se procurou assumir a necessidade de elaboração de um documento prático, objectivo, de fácil leitura, que servisse os objectivos sociais a que se propõe.

7. Bibliografia

ISSS (2004); *Guia de Implementação da Rede Social (draft)*; Lisboa.

ISSS (2000) *Plano de Desenvolvimento Social – Documentos de Apoio aos Projectos Piloto*; Lisboa

www.seg-social.pt/redesocial –Clasa Virtual